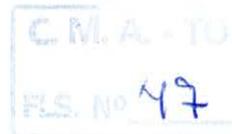


PARECER JURÍDICO Nº 13/2020

Solicitante: Comissão de Licitação.



## I - OBJETO

Foi encaminhado a este assessor jurídico o Processo administrativo nº 20/2020 que trata da contratação de empresa para aquisição de materiais de expediente para atender a demanda desta Casa de Leis.

É o relatório.

## II - DA FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente o jurídico desta casa deve manifestar-se sobre a minuta do contrato, na forma do art. 38 parágrafo único da lei 8666/93, vejamos:

Art. 38. (...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Desta feita, compulsando os autos e analisando a minuta do contrato não verifico qualquer erro em minuta.

Ainda analisando o presente processo de dispensa de licitação passo verifico que o valor do presente contrato é de R\$ 14.841,00 (quatorze mil oitocentos e quarenta e um reais) ou seja dentro dos parâmetros legais aceitáveis ao processo, na forma da fundamentação a seguir:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Vejamos o que diz o art. 23 "II" "a" para aplicação no caso concreto.

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência)

Há de ressaltar que ainda no ano de 2018 os valores referidos no inciso acima sofreram alterações, em virtude da edição do Decreto 9.412/18, vejamos:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

Neste interim, com base no decreto acima citado o limite para dispensa de licitação é de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), ou seja, para o processo em questão em virtude do valor cotado menor de R\$ 14.706,00 (quatorze mil setecentos e seis reais) estar dentro dos parâmetros legais, não vislumbro óbice para o procedimento, neste momento.

### III - CONCLUSÃO

Face ao apresentado acima, sempre em uma análise jurídico formal, não adentrando no mérito, sendo esta tarefa do gestor, opino pelo prosseguimento do feito.

É o parecer, r.m.j.

Ananás - TO, 10 de fevereiro de 2020

  
DANILLO MAX CARDOSO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

OAB-TO 8026